

## EIXO TEMÁTICO 1 | ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

### REATIVAÇÃO DA DIREITA NO BRASIL E POLÍTICAS SOCIAIS: desmontes e reconfigurações

REEMERGENCE OF THE RIGHT IN BRAZIL AND SOCIAL POLICIES: dismantling and reconfigurations

**Beatriz Castelo Branco da Silva<sup>1</sup>**  
**Antonia Emanuela Oliveira de Lima<sup>2</sup>**  
**Joana Carolina Leite Barros<sup>3</sup>**  
**Fabício Everthon Rodrigues Cunha<sup>4</sup>**

#### RESUMO

A reativação da direita no Brasil trouxe consequência para as políticas sociais, este artigo busca através de uma pesquisa bibliográfica exploratória analisar como se deu o desmonte e as reconfigurações das políticas sociais neste processo. Destacando o período pós-impeachment de Dilma Rousseff em 2016, onde deu-se início ao processo de retomada da direita ao poder presidencial no governo Michel Temer, e que intensificou com a eleição de Jair Bolsonaro. A ascensão de Bolsonaro ao poder resultou em medidas que prejudicaram de forma mais concreta as populações mais vulneráveis, como indígenas, ribeirinhos e quilombolas, além de desconstruir direitos sociais e deslegitimar a proteção à vida. A guisa de conclusão, a reativação da direita política no Brasil agravou as mazelas sociais, mas há esperança na reconstrução de políticas sociais. Isso exige articulação entre forças democráticas, mobilização popular e superação da degradação política do governo Bolsonaro para restaurar o acesso mínimo aos direitos.

**Palavras-chave:** Políticas Sociais; Vulnerabilidade Social; Reativação da Direita

#### ABSTRACT

<sup>1</sup> Universidade Federal do Ceará, Mestranda em Avaliação de Políticas Públicas, beatrizcastelo.92@hotmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal do Ceará, Professora Doutora, emanuela.lima@ufc.br

<sup>3</sup> Universidade Federal do Ceará, Mestranda em Avaliação de Políticas Públicas, carolinaleitebarros@gmail.com

<sup>4</sup> Universidade Federal do Ceará, Graduando em Gestão de Políticas Públicas, fabricioeverthon.tj@hotmail.com

The resurgence of the right in Brazil has had consequences for social policies. This article aims, through an exploratory bibliographic research, to analyze how the dismantling and reconfigurations of social policies occurred in this process. Highlighting the post-impeachment period of Dilma Rousseff in 2016, where the right began to regain presidential power under Michel Temer's government, intensifying with Jair Bolsonaro's election. Bolsonaro's rise to power resulted in measures that more concretely harmed the most vulnerable populations, such as indigenous peoples, riverine dwellers, and quilombolas, as well as deconstructing social rights and delegitimizing the protection of life. In conclusion, the reactivation of the political right in Brazil has exacerbated social ills, but there is hope for the reconstruction of social policies. This requires coordination among democratic forces, popular mobilization, and overcoming the political degradation of the Bolsonaro government to restore minimum access to rights.

**Keywords:** Social Policies; Social Vulnerability; Reemergence of the Right

## 1 INTRODUÇÃO

A consumação do impeachment da presidenta Dilma em 2016, após a eleição de segundo mandato, serviu aos interesses da burguesia e por meio de um “grande acordo” constitucional, interrompeu um ciclo de governos sociais liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) desde 2003. Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva no ano de 2002, no pleito com José Serra do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), deu-se início pela primeira vez na história do Brasil, desde a redemocratização posterior ao regime militar (1964-1985), um governo que tinha em suas bases um olhar mais voltado para pautas sociais.

A marca destes governos foi um conjunto de políticas que abrangeram diversas áreas, como educação (Prouni, Fies, cotas, construção de novas instituições de ensino superior em todo território nacional, bem como políticas de acesso e permanência neste nível educacional), habitação (Minha Casa Minha Vida e a possibilidade de empréstimos que facilitaram a aquisição de casas próprias), integração social, previdência, saúde, entre outras. Junto as estas, também se criou o programa de transferência de renda Bolsa Família, que sofreu ao longo dos anos duras críticas pela direita e ataques constantes por parte da grande mídia, reforçando com bastante regularidade que o efeito desta política afetaria fortemente os gastos públicos e tornaria, mesmo os brasileiros com maiores níveis de vulnerabilidade social, acomodados.

Para Singer (2009, p.93): “O tripé formado pela Bolsa Família, pelo salário mínimo e pela expansão do crédito, somado aos referidos programas específicos, resultaram em uma diminuição significativa da pobreza a partir de 2004”, entretanto estas políticas e programas,

sempre foram motivos de grande discussão tanto por partidos mais à direita, como por partidos mais à esquerda do PT, bem como por especialistas de diversas áreas.

Ao apresentar a crítica pela ótica da esquerda, aponta-se estas políticas como ações limitadas incapazes de superar a estrutura desigual tão arraigada no contexto social brasileiro, pois, para que houvesse manutenção delas, a economia se tornaria “residual e dependente da política macroeconômica fundada no tripé: meta de inflação, superávit primário e câmbio flexível, que sempre esteve a serviço do cumprimento dos interesses dos credores da dívida pública.” (Marques; Ximenes e Ugino, 2018. p. 527).

Nessa breve introdução, vale destacar que a pesquisa se configura como um estudo bibliográfico de caráter exploratório. Apresentou como objetivo central desenvolver uma análise de como ocorreu o desmonte e a reconfiguração das políticas sociais mediante a reativação da direita no Brasil e suas bases, ao considerar a tomada do poder por Michel Temer e o cenário socioeconômico mundial que antecedeu o golpe de 2016, seguido pelo governo de Jair Bolsonaro, no pleito de 2018. Nessa esteira de discussão, pauta-se o debate na falta de perenidade destas políticas em governos posteriores, o que já era apontado antes do fim dos governos do Partido dos Trabalhadores.

## **2 O GOLPE DE 2016 E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA AS PAUTAS SOCIAIS**

No contexto do golpe de 2016, faz-se necessário considerar o cenário mundial desde a crise de 2008, considerada mais uma das crises cíclicas do capitalismo. Esta traz consigo naturalmente um processo de mudanças governamentais e de desconstrução de direitos: “a crise global de 2008, que atinge a civilização do capital, é uma das suas manifestações concretas, a acirrar processos de exclusão dos trabalhadores do mundo do trabalho[...]”. (Carvalho, 2010, p. 178).

Nesse sentido, o pós-golpe de 2016 se tornou palco de um verdadeiro desmonte das políticas e pautas sociais, já que estas sofrem demasiadamente com os novos arranjos, como pontua Carvalho (2010), foi o momento de uma destruição desenfreada dos direitos sociais.

Nessa dinâmica controversa, o governo do PT trouxe políticas de auxílios sociais por meio de uma gama de programas que permitiram ao cidadão brasileiro ter mais acesso a determinados padrões considerados impossíveis, como por exemplo: a aquisição de uma casa própria, bem como, a retirada de milhões de brasileiros do mapa da fome e da linha da pobreza.

Como aponta Singer (2009, p. 96): “Parece-nos que o lulismo, ao executar o programa de combate à desigualdade dentro da ordem, confeccionou nova via ideológica, com a união de bandeiras que não pareciam combinar”, pois mesmo preservando alianças com os grupos políticos mais conversadores, o modelo de política adotado ainda conseguia permitir avanços nas políticas sociais, padrão este que de certa forma continuou no governo de Dilma Rousseff.

Cabe aqui ressaltar, que o governo do PT se configurava como de coalizão. Nesse sentido Abranches afirma:

A frequência de coalizões reflete a fragmentação partidário-eleitoral, por sua vez ancorada nas diferenciações socioculturais; é improvável a emergência sistemática de governos sustentados por um só partido majoritário. Essa correlação entre fragmentação partidária, diversidade social e maior probabilidade de grandes coalizões beira o truísmo. É nas sociedades mais divididas e mais conflitivas que a governabilidade e a estabilidade institucional requerem a formação de alianças e maior capacidade de negociação. (1988, p. 14)

Concordando com Abranches (1988), a governabilidade por um único partido se tornava inviável e o PT precisava destas alianças para executar minimamente seu plano de governo. Percebe-se, pois, um ponto de diferença para concretizar o combate à desigualdade social, em que o Estado, por meio dos programas e políticas sociais de caráter redistributivo, se responsabilizava pela ampliação e manutenção destas políticas.

Foi com o advento do impeachment de Dilma em 2016, num golpe orquestrado, que Michel Temer assumiu a presidência e iniciou a partida na retomada do poder hegemônico pela burguesia. Desse modo, as políticas de cunho social se voltaram mais fortemente para os padrões do sistema capitalista e conseqüentemente, os direitos sociais sofreram desmontes gradativos.

Nos dois anos que Temer permaneceu no poder, cabe destacar: “Pela primeira vez em décadas, vimos aumentar no Brasil a mortalidade infantil; o desemprego chegou a atingir 14 milhões de pessoas e as conseqüências do descaso e da pobreza tornaram-se ainda mais visíveis.” (Souza, 2019. p. 249). Foi nesse panorama socioeconômico de retirada de direitos e desmonte das políticas sociais em que a eleição de 2018 se desenhou.

### 3 GOVERNO BOLSONARO, A REATIVAÇÃO DA DIREITA E O DESMONTE DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Com o retorno de um grupo político mais voltado aos interesses da burguesia e da lógica capitalista em 2017, por meio de Michel Temer, fica notório a percepção de que estes grupos fomentaram a retomada da ascensão da direita (Singer, 2021). No pleito de 2018, Bolsonaro entra em cena, este até então, era um político do baixo clero que ocupou o primeiro cargo público como vereador do Rio de Janeiro em 1989 e seguiu elegendo-se para mandatos parlamentares, até a renúncia ao mandato de Deputado Federal, que ocorreu na Legislatura 2015-2019, quando se lançou como candidato a presidência da república pelo Partido Social Liberal. O cenário de 2018, na perspectiva de Singer (2021), permitiu considerar que apesar do adormecimento das tendências conservadoras, estas ainda estavam arraigadas em uma grande parte do eleitorado brasileiro, e que o lulismo até 2014, teria ajudado a manter tais tendências adormecidas. Foi então que Jair Bolsonaro, ao se valer de um grande extremismo ideológico, conseguiu reativá-las e por meio da forte polarização, garantiu sua vitória no segundo turno.

A eleição de Bolsonaro combinou três elementos centrais: militarização da agenda pública, que contou com a participação massiva das Forças Armadas e das demais polícias; discurso de ódio, fomentado por um gabinete familiar instalado na própria presidência e a deslegitimação das políticas e pautas sociais, uma marca forte de seu governo. (Cruz, 2022).

Segundo Lemos e Castilho (2021), o projeto político de Bolsonaro em estabelecer um estado totalitário, normaliza o uso da força e legitima a violência, com isso enfraqueceu pautas sociais e ocasionou a retirada de direitos que foram historicamente conquistados, com subterfúgio para garantir proteção ao seu governo. A escalada de Bolsonaro ao poder, efetivou um verdadeiro extermínio:

Extermínio a todos/as aqueles/as que ameacem o grande capital, como é o caso das ações orquestradas contra os povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas; contra a Amazônia e seu desmatamento criminoso; na liberação de centenas de agrotóxicos; no pacote anticrime; na contrarreforma da previdência social; na garantia de armamento aos grandes proprietários de terra; nas reduções orçamentárias das políticas sociais; nos sucessivos cortes nas universidades e na cultura, e, portanto, no descrédito com relação à ciência e à cultura, como campos de elevação da consciência (...) (Castilho e Lemos, 2021, p., 273).

É na esteira destas práticas que direitos, políticas e pautas sociais ligadas a população vulnerável e a minorias são desconstruídas, por meio da transformação do estado em uma máquina de perseguição da população. Quando se traz a discussão para o ângulo das políticas sociais, o governo ultraliberal bolsonarista açoita prioritariamente as populações socialmente mais vulneráveis, por meio da deslegitimação de direitos previstos na constituição, como a proteção a vida. Para mercantilizar direitos sociais, outra medida eficaz é terceirizar ou privatizar os serviços públicos, para que dessa forma só se possa acessá-los mediante investimento financeiro.

Dessa forma, o estado passa por um encolhimento dos investimentos em órgãos estatais e nas políticas públicas, fato que retira a responsabilidade do estado e desregulamenta os equipamentos controlados e mantidos por ele (LARA, 2018). Todos os desmontes e reconfigurações estabelecidas neste período obtuso de nossa história se configuram em:

Uma destruição que passa, claramente, por um desgaste político e destruição da classe trabalhadora, dos grupos sociais destituídos ou marginalizados, mas sobretudo por uma forte negação da cidadania e da substituição de uma agenda pública por uma agenda dos costumes (CRUZ, 2022, p.64)

O governo Bolsonaro deslegitima a cidadania e sobrepõe as pautas sociais por pautas fincadas em costumes vinculados a uma agenda conservadora, apresenta o desprezo pela sociedade, sem nenhuma pretensão de sigilo, ferindo gravemente direitos constitucionais e de solidariedade, afastando todos nós do pacto social firmado pela Constituição de 1988, a “Constituição Cidadã”, considerada um elemento crucial na redemocratização após o regime militar, utilizando-se das próprias Forças Armadas para preencher muitos cargos de seu governo, e nesse contexto, efetivou um verdadeiro desmonte da proteção social.

Desconstrução essa, que teve suas bases iniciadas no governo de Michel Temer, com a extinção de ministérios considerados extremamente relevantes como os de Desenvolvimento social e Desenvolvimento Agrário.

Todavia, foi concretizado no governo Bolsonaro a quebra da possibilidade de projetos de futuro para vários setores da sociedade, reabrindo as portas dos poderes públicos para a militarização dos setores estatais, que foram permeados por um conservadorismo já existente adormecido na sociedade, porém neste momento inaugurava um novo ciclo de desmontes de direitos (Cruz, 2022).

#### 4 CONCLUSÃO

A guisa de conclusão sobre o exposto até aqui, nos permite apontar o Brasil passando por um período de muitos desafios, mesmo com a volta de Lula ao poder em 2023 e a reativação de alguns dos programas e políticas sociais, num cenário preocupante, já que a reativação da direita no país deixou grandes marcas e acentuou mazelas sociais que outrora estiveram em menor evidência. O golpe de 2016, na forma do impeachment de Dilma Roussef, se configurou como o pontapé inicial para que o estado democrático de direitos se tornasse um estado de corte de direitos. Ao sofrer um golpe, a democracia brasileira, passou a ser palco de uma disputa feroz de interesses políticos e econômicos. Desse modo, direitos constitucionais como a proteção a vida e a seguridade social, demarcados na Constituição de 88, deram espaço a governos que desestruturaram os direitos sociais por meio do corte de gastos públicos, e como consequência a drástica redução de políticas sociais, o que colocou em evidência as desigualdades sociais e a extrema pobreza, bem como o retorno do Brasil ao mapa da fome. Ao servir aos interesses da burguesia e do liberalismo foi consolidada a proposta hegemônica do capital, retirando direitos sociais de milhões de brasileiros.

Com a chegada de Bolsonaro ao poder, alimentou-se o debate público no rol das pautas de costumes. Percebeu-se então, os claros esforços para que a democratização sofresse rupturas. Ainda de forma arbitrária, desmobilizou a classe trabalhadora e promoveu cortes severos nas políticas de cunho social; a vida da população tornou-se mais vulnerável e cada vez mais degradante.

Diante das atrocidades sociais fomentadas pelo governo Bolsonaro, tornou-se necessário uma vigilância constante em defesa da vida e das pautas sociais. Nesse enfrentamento constante entre as esferas públicas e sociais, deu-se entrada para que mecanismos de incentivo a corrupção tomassem espaço, para alimentar assim o capital financeiro e poder se afastar cada vez mais de um estado que promove a liberdade e cuida do seu povo. Muito do que foi conquistado com lutas e empenho social, acabou sendo desconfigurado, bem como, a naturalização de ataques contra as minorias que historicamente batalham pela garantia de seus direitos. A reativação da direita acentuou mazelas sociais e dizimou a esperança de muitos. Porém, ainda há espaço para a reconstrução de políticas sociais, o que não será fácil e precisará de uma grande articulação entre as forças democráticas e progressistas, bem como a

necessidade que urge em politizar as massas, para que as opções de governos com um olhar mais voltado as pautas sociais ocupem lugares de destaque.

A superação da desigualdade não é algo fácil, visto que com o caráter de coalização da política brasileira, arranjos históricos são necessários para garantir a governabilidade, todavia, superar a degradação política e social concretizada no governo Bolsonaro é urgente, afim de proporcionar novamente o acesso mínimo da população mais vulnerável a espaços que lhes foram retirados. A superação da desigualdade, perpassa inicialmente pela manutenção de políticas sociais, o que precisa ser visto pelo estado como investimento público contínuo e não como uma despesa desnecessária.

### REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. Presidencialismo de Coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 5-32, 1988.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Políticas Públicas e o Dilema de Enfrentamento das Desigualdades: Um olhar Crítico sobre a América Latina no Século XXI. In: SOUSA, Fernando José Pires (Org.). **Poder e Políticas Públicas na América Latina**. Fortaleza: Edições UFC, 2010. p. 171-200.

CRUZ, Danilo Uzêda da. Políticas sociais e agenda conservadora do Governo Bolsonaro: desdemocratização e degradação política. In: FRANÇA, Ádila Cibele et al. (Org.). **Políticas Sociais no Governo Bolsonaro: entre descasos, retrocessos e desmontes**. Salvador: Pinaúna, 2022. p. 53-72.

CASTILHO, Daniela Ribeiro; LEMOS, Esther Luíza de Souza. Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 269-279, maio/ago. 202.

LARA, Ricardo. Modernização Trabalhista: um país “livre para crescer”. In: INÁCIO, J. R. (Org.). **Trabalho, Saúde e Direitos Sociais**. Bauru: Canal 6, 2018.

MARQUES, Rosa Maria; XIMENES, Salomão Barros; UGINO, Camila Kimie. Governos Lula e Dilma em matéria de seguridade social e acesso à educação superior. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 38, n. 3 (152), p. 526-547, jul.-set./2018.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 85, p. 83-102, 2009.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso: da Escravidão à Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.